

~~RESOLUÇÃO Nº 01, de 30 de março de 1999.~~

~~Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais.~~

REVOGADA PELA RESOLUÇÃO 4 DE 2011

~~O Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), no uso de suas atribuições e,~~

~~**CONSIDERANDO a decisão do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP);**~~

~~**CONSIDERANDO constituir-se a visita íntima em direito constitucionalmente assegurado aos presos;**~~

~~**CONSIDERANDO dever-se recomendar aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres que envidem o máximo esforço no sentido de que os presos tenham condições de usufruir o direito da visita íntima,**~~

~~**RESOLVE:**~~

~~**Art. 1º - A visita íntima é entendida como a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas.**~~

~~**Art. 2º - O direito de visita íntima, é, também, assegurado aos presos casados entre si ou em união estável.**~~

~~**Art. 3º - A direção do estabelecimento prisional deve assegurar ao preso visita íntima de, pelo menos, uma vez por mês.**~~

~~**Art. 4º - A visita íntima não deve ser proibida ou suspensa a título de sanção disciplinar, excetuados os casos em que a infração disciplinar estiver relacionada com o seu exercício.**~~

~~Art. 5º - O preso, ao ser internado no estabelecimento prisional, deve informar o nome do cônjuge ou de outro parceiro para sua visita íntima.~~

~~Art. 6º - Para habilitar-se à visita íntima o cônjuge ou outro parceiro indicado deve cadastrar-se no setor competente do estabelecimento prisional.~~

~~Art. 7º - Incumbe à direção do estabelecimento prisional o controle administrativo da visita íntima, como o cadastramento do visitante, a confecção, sempre que possível, do cronograma da visita, e a preparação de local adequado para sua realização.~~

~~Art. 8º - O preso não pode fazer duas indicações concomitantes e só pode nominar o cônjuge ou novo parceiro de sua visita íntima após o cancelamento formal da indicação anterior.~~

~~Art. 9º - Incumbe à direção do estabelecimento prisional informar ao preso, cônjuge ou outro parceiro da visita íntima sobre assuntos pertinentes à prevenção do uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e, particularmente, a AIDS.~~

~~**Gabinete do Presidente do CNPCP,
aos 30 dias do mês de março do ano de um mil novecentos e
noventa e nove (30-03-99).**~~

~~**LICÍNIO BARBOSA**
Presidente~~

~~*Publicada no DOU de 05.04.99, Seção 1.*~~